

Regulamento Interno



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Apoiado pelo Ministério da Educação e Ciência

Externato António Sérgio

setembro de 2015



EXTERNATO ANTÓNIO SÉRGIO

Praça Dr. Carlos Moreira, 4
7800-811 Beringel
Tel. 284 998 206
Fax. 284 998 205
E-mail: ext.antoniosergio@mail.telepac.pt
<http://eas.site11.com/>



Índice

1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	6
2. ALUNOS.....	7
2.1. Direitos.....	7
2.2. Deveres	10
2.3. Alunos Finalistas.....	14
3. DEVER DE ASSIDUIDADE E EFEITOS DA ULTRAPASSAGEM DOS LIMITES DE FALTAS.....	15
3.1. Dever de assiduidade	15
3.1.1. Frequência e assiduidade	15
3.1.2. Faltas e sua natureza.....	16
3.1.3. Dispensa da atividade física.....	17
3.1.4. Justificação de faltas	18
3.1.5. Faltas injustificadas	20
3.1.6. Excesso grave de faltas	20
3.1.7. Ultrapassagem do limite de faltas	21
3.2. Faltas de Material	22
4. MEDIDAS DISCIPLINARES.....	23
4.1. Finalidades e Determinação das Medidas Disciplinares.....	23
4.1.1. Finalidades das medidas disciplinares	23
4.1.2. Determinação da medida disciplinar	24
4.2. Medidas Disciplinares Corretivas.....	24
4.3. Medidas Disciplinares Sancionatórias	26
4.3.1. Cumulação de medidas disciplinares	29



5. PROFESSORES	30
5.1. Autoridade do professor.....	30
5.2. Direitos.....	31
5.3. Deveres	32
6. CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO / RETENÇÃO.....	35
6.1. 5.º Ano	35
6.2. 6.º Ano	35
6.3. 7.º Ano	36
6.4. 8.º Ano	36
6.5. 9.º Ano	36
6.6. Revisão dos Resultados da Avaliação.....	36
7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	38
8. REGULAMENTO DO CONSELHO PEDAGÓGICO.....	39
8.1. Composição.....	39
8.2. Regime de Funcionamento.....	39
8.3. Reuniões Ordinárias	40
8.4. Reuniões Extraordinárias.....	40
9. REGULAMENTO DE GRUPO DISCIPLINAR	41
9.1. Regime de Funcionamento.....	41
9.2. Delegados de Grupo.....	42
10. REGULAMENTO DOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS.....	43
10.1. Composição.....	43
10.2. Funcionamento da equipa	43
10.3. Competências dos serviços de educação especial e psicologia.....	43
11. PESSOAL NÃO DOCENTE	47



11.1. Direitos.....	47
11.2. Deveres	47
12. ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO.....	50
12.1. Responsabilidade dos pais ou encarregados de educação.....	50
12.2. Direitos.....	52
12.3. Deveres	53
12.4. Incumprimento dos deveres por parte dos pais ou encarregados de educação	54
13. SERVIÇOS DE UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA E FACULTATIVA	57
13.1. Serviços de utilização obrigatória	57
13.2. Serviços de utilização facultativa	58
14. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	60
15. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO ESCOLAR	61
15.1. Alunos.....	61
15.2. Professores.....	61
16. REGULAMENTO DO QUADRO DE HONRA.....	62
16.1. Âmbito.....	62
16.2. Condições para Integrar o Quadro de Honra.....	62
16.3. Organização	63
16.4. Prémio de Reconhecimento.....	63
17. ORGANOGRAMA DE ATIVIDADES	64



1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Na extensa planície alentejana, junto à margem esquerda do pequeno rio Galego e às águas azuis da recém-construída barragem do Pisão, situa-se Beringel, a única vila do concelho de Beja, da qual dista 11 quilómetros.

Nesta localidade foi fundado o Externato António Sérgio, um estabelecimento de Ensino Particular com paralelismo pedagógico, por Martinho Luís dos Santos Ferro, pai dos seus atuais diretores. Professor do ensino primário e homem de carácter decidido, sonhou com um futuro diferente para a sua terra natal e desse sonho nasceu uma escola, onde os filhos da terra e arredores puderam ter acesso a um ensino de qualidade.

Reconhecendo o mérito do fundador e o sucesso de quem frequentava o Externato, os encarregados de educação residentes nas localidades circunvizinhas a Beringel, como Trigaches, S. Brissos, Peroguarda, Alfundão, Mombeja, Santa Vitória, Ervidel, Ferreira do Alentejo, Cuba, Vidigueira e Beja, trouxeram cada vez mais alunos, até este atingir o máximo da população escolar nos dias de hoje.

Com o passar dos anos, foram ampliadas as suas instalações, adquiridos mais material didático e meios de transporte adequados às necessidades, modernizados os métodos de ensino e contratados professores e funcionários, para que o lema da escola possa ser uma realidade: **rigor e criatividade hoje para o sucesso de amanhã.**



2. ALUNOS

Aos alunos é reconhecido o direito de participar na vida da escola. Para além do disposto no art.º 77º da Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo, o Regime de Autonomia, de Administração e Gestão das Escolas estabelece que esse direito se concretiza.

O Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação estão consignados na Lei 51/2012, de 5 de setembro, pelo que se remete para a sua leitura.

2.1. Direitos

O direito à educação e a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares compreende os seguintes direitos dos alunos:

1. Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas;
2. Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades no acesso;
3. Escolher e usufruir, nos termos estabelecidos no quadro legal aplicável, por si ou, quando menor, através dos seus pais ou encarregados de educação, o projeto educativo que lhe proporcione as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico e para a formação da sua personalidade;
4. Ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação, a assiduidade e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;



5. Ver reconhecido o empenhamento em ações meritórias, designadamente o voluntariado em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na escola ou fora dela, e ser estimulado nesse sentido;
6. Usufruir de um horário escolar adequado ao ano frequentado, bem como de uma planificação equilibrada das atividades curriculares e extracurriculares, nomeadamente as que contribuem para o desenvolvimento cultural da comunidade;
7. Beneficiar, no âmbito dos serviços de ação social escolar, de um sistema de apoios que lhe permitam superar ou compensar as carências do tipo sociofamiliar, económico ou cultural que dificultem o acesso à escola ou o processo de ensino;
8. Usufruir de prémios ou apoios e meios complementares que reconheçam e distingam o mérito;
9. Beneficiar de outros apoios específicos, adequados às suas necessidades escolares ou à sua aprendizagem, através dos serviços de psicologia e orientação ou de outros serviços especializados de apoio educativo;
10. Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral, beneficiando, designadamente, da especial proteção consagrada na lei penal para os membros da comunidade escolar;
11. Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das atividades escolares;
12. Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes do seu processo individual, de natureza pessoal ou familiar;
13. Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola e ser ouvido pelos professores, diretores de turma e órgãos de administração e gestão da escola em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse;
14. Organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;
15. Ser informado sobre o regulamento interno da escola e, por meios a definir por esta e em termos adequados à sua idade e ao ano frequentado, sobre todos os assuntos que justificadamente sejam do seu interesse,



nomeadamente sobre o modo de organização do plano de estudos ou curso, o programa e objetivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar e os processos e critérios de avaliação, bem como sobre a matrícula, o abono de família e apoios socioeducativos, as normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos e das instalações, incluindo o plano de emergência, e, em geral, sobre todas as atividades e iniciativas relativas ao projeto educativo da escola;

16. Participar nas demais atividades da escola, nos termos da lei e do respetivo regulamento interno;
17. Participar no processo de avaliação, através de mecanismos de auto e heteroavaliação;
18. Beneficiar de medidas, a definir pela escola, adequadas à recuperação da aprendizagem nas situações de ausência devidamente justificada às atividades escolares;
19. Conhecer no início do ano letivo os objetivos e conteúdos da aprendizagem, bem como os critérios de avaliação;
20. Ver corrigidos, classificados e devolvidos em tempo oportuno, todos os testes escritos e trabalhos que lhe forem solicitados para efeitos da avaliação sumativa da atividade escolar;
21. Conhecer antecipadamente a calendarização das fichas de avaliação;
22. Realizar teste de avaliação, em casa de falta justificada, na primeira aula a que comparecer;
23. Usufruir de alternativas educativas, sempre que se verifique a ausência de qualquer professor;
24. Eleger e ser eleito delegado de turma;
25. Beneficiar do seguro escolar no estabelecimento de ensino, bem como no trajeto escola-residência e vice-versa.



2.2. Deveres

São deveres dos alunos:

1. Estudar, aplicando -se, de forma adequada à sua idade, necessidades educativas e ao ano de escolaridade que frequenta, na sua educação e formação integral;
2. Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;
3. Seguir as orientações dos professores relativas ao seu processo de ensino;
4. Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social, ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas;
5. Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa;
6. Respeitar a autoridade e as instruções dos professores e do pessoal não docente;
7. Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos;
8. Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
9. Respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa, não praticando quaisquer atos, designadamente violentos, independentemente do local ou dos meios utilizados, que atentem contra a integridade física, moral ou patrimonial dos professores, pessoal não docente e alunos;
10. Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e psicológica dos mesmos;



11. Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e espaços exteriores da escola, fazendo uso correto dos mesmos;
12. Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
13. Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização escrita do encarregado de educação ou da direção da escola;
14. Conhecer e cumprir o Estatuto do Aluno, as normas de funcionamento dos serviços da escola e o Regulamento Interno da mesma, comprometendo-se quanto ao seu cumprimento integral;
15. Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
16. Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos passíveis de, objetivamente, perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas, ou poderem causar danos físicos ou psicológicos aos alunos ou a qualquer outro membro da comunidade educativa;
17. Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, equipamentos, programas ou aplicações informáticas, nos locais onde decorram aulas ou outras atividades formativas ou reuniões de órgãos ou estruturas da escola em que participe, exceto quando a utilização de qualquer dos meios acima referidos esteja diretamente relacionada com as atividades a desenvolver e seja expressamente autorizada pelo professor ou pelo responsável pela direção ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso;
18. Caso a regra anterior não seja cumprida, os equipamentos tecnológicos serão retirados ao aluno e posteriormente entregues ao Encarregado de Educação. Se o aluno voltar a transgredir esta regra, ficará privado do uso dos mesmos até ao final do período;
19. Não captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores, dos responsáveis pela



- direção da escola ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso, bem como, quando for o caso, de qualquer membro da comunidade escolar ou educativa cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registada;
20. Não difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via Internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captados nos momentos letivos e não letivos, sem autorização do diretor da escola;
21. Respeitar os direitos de autor e de propriedade intelectual;
22. Apresentar-se com vestuário que se revele adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e à especificidade das atividades escolares, no respeito pelas regras estabelecidas na escola;
23. Apresentar-se limpo e cuidado;
24. Reparar os danos por si causados a qualquer membro da comunidade educativa ou em equipamentos ou instalações da escola ou outras onde decorram quaisquer atividades decorrentes da vida escolar e, não sendo possível ou suficiente a reparação, indemnizar os lesados relativamente aos prejuízos causados;
25. Ser diariamente portador da caderneta do aluno e do cartão de estudante;
26. Dirigir-se para a sala de aula logo que ouça o toque de entrada, entrar e ocupar ordeiramente o lugar que lhe está destinado. Em caso de atraso, deverá justificá-lo ao professor;
27. Manter-se atento nas aulas e munido do material necessário ao seu desempenho. O incumprimento deste dever será registado pelo professor;
28. Esperar que o professor autorize a saída ordeira da sala de aula, mesmo que tenha dado o toque de saída;
29. Deslocar-se para os locais de recreio e/ou estudo no final das aulas, não permanecer nos corredores que dão acesso às salas de aula durante o seu funcionamento nem durante os intervalos, exceto em situação comprovada;
30. Os alunos de Beringel devem chegar ao Externato dez minutos antes da primeira aula. Os alunos de outras localidades devem entrar no Externato aquando da chegada do seu transporte;
31. Ocupar sempre os mesmos lugares nos transportes escolares;



32. Entrar e sair dos transportes escolares nos locais previamente determinados para o efeito;
33. Respeitar o horário previamente estabelecido, correndo o risco de perder o transporte;
34. Manter, dentro e fora do Externato, uma atitude que dignifique o estabelecimento de Ensino que frequenta;
35. Respeitar a proibição do uso de brincadeiras carnavalescas na referida época, uma vez que estas são totalmente interditas no Externato.
36. Entregar tudo o que encontrar perdido a um funcionário;
37. Comunicar à pessoa mais próxima (professor ou funcionário) a presença de elementos estranhos ao Externato;
38. Os alunos devem aproveitar o intervalo para satisfazer as suas necessidades fisiológicas;
39. Os haveres dos alunos são da sua inteira responsabilidade, não se responsabilizando a escola por danos ou perdas dos mesmos;
40. É expressamente proibido pendurar-se nas balizas e subir ao telhado da escola;
41. É expressamente proibido mastigar pastilhas elásticas, comer e beber dentro da sala de aula;
42. É expressamente proibido o uso de bonés, gorros e chapéus na sala de aula;
43. O aluno deve comparecer às aulas de apoio, sendo que, caso falte a três aulas seguidas ou interpoladas, sem justificação, perderá o direito à frequência das mesmas.



2.3. Alunos Finalistas

1. Finalistas são todos os alunos que frequentam o 9º ano;
2. Com vista à realização da viagem de finalistas, os alunos devem:
 - a) contribuir com produtos para o cabaz de Natal;
 - b) participar e contribuir com géneros para o normal funcionamento do bar, sempre que este seja da responsabilidade dos finalistas;
 - c) participar na Festa de Natal, no Baile de Finalistas e nas restantes atividades de enriquecimento curricular, realizadas no Externato;
3. Os alunos finalistas só poderão realizar a viagem final de ano caso participem na Festa de Natal, no Baile de Finalistas e colaborem em todas as outras atividades efetuadas ao longo do ano.



3. DEVER DE ASSIDUIDADE E EFEITOS DA ULTRAPASSAGEM DOS LIMITES DE FALTAS

3.1. Dever de assiduidade

3.1.1. Frequência e assiduidade

1. Para além do dever de frequência da escolaridade obrigatória, os alunos são responsáveis pelo cumprimento dos deveres de assiduidade e pontualidade, nos termos estabelecidos na alínea b) do artigo 10.º do estatuto do aluno, e no n.º 3 do presente artigo.
2. Os pais ou encarregados de educação dos alunos menores de idade são responsáveis, conjuntamente com estes, pelo cumprimento dos deveres referidos no número anterior.
3. O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno a presença e a pontualidade na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar munido do material didático ou equipamento necessários, de acordo com as orientações dos professores, bem como uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, em função da sua idade, ao processo de ensino.
4. O controlo da assiduidade dos alunos é obrigatório, nos termos em que é definida no número anterior, em todas as atividades escolares letivas e não letivas em que participem ou devam participar.
5. Sem prejuízo do disposto no estatuto do aluno, as normas a adotar no controlo de assiduidade, da justificação de faltas e da sua comunicação aos pais ou ao encarregado de educação estão fixadas no presente regulamento interno.



3.1.2. Faltas e sua natureza

1. A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição, a falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessários, nos termos estabelecidos no presente regulamento e no estatuto do aluno.
2. Decorrendo as aulas em tempos consecutivos, há tantas faltas quantos os tempos de ausência do aluno.
3. As faltas são registadas pelo professor responsável pela aula ou atividade ou pelo diretor de turma em suportes administrativos adequados.
4. As faltas resultantes da aplicação da ordem de saída da sala de aula, ou de medidas disciplinares sancionatórias, consideram-se faltas injustificadas.
5. Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo anterior, o presente regulamento interno define o processo de justificação das faltas de pontualidade do aluno e ou resultantes da sua comparência sem o material didático e ou outro equipamento indispensáveis, bem como os termos em que essas faltas, quando injustificadas, são equiparadas a faltas de presença, para os efeitos previstos no estatuto do aluno.
6. Compete ao diretor garantir os suportes administrativos adequados ao registo de faltas dos alunos e respetiva atualização, de modo que este possa ser, em permanência, utilizado para finalidades pedagógicas e administrativas.
7. A participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades da escola não é considerada falta relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares envolvidas, considerando-se dadas as aulas das referidas disciplinas previstas para o dia em causa no horário da turma.
8. A comparência às aulas sem o material didático ou equipamento necessários implica a marcação de uma falta de material.
9. Quando essa ocorrência se verificar, o diretor de turma deverá comunicar ao encarregado de educação para, em conjunto, tentarem solucionar o problema.



10. A falta de material será considerada uma falta injustificada sempre que se verificar igual ou superior a três vezes na mesma disciplina.
11. Os grupos disciplinares definem o material didático indispensável para cada disciplina e as consequências que a falta desse mesmo material tem na avaliação sumativa do aluno.
12. A falta de um aluno a um momento formal de avaliação, previamente marcado pelo professor, deve ser devidamente fundamentada por escrito, pelo encarregado de educação.
13. O aluno será avaliado na primeira aula a que comparecer após a falta, independentemente da existência de outros momentos de avaliação no mesmo dia, sem existir necessidade de aviso prévio.

3.1.3. Dispensa da atividade física

1. O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades de educação física ou desporto escolar por razões de saúde, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações da atividade física.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o aluno deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula de educação física.
3. Sempre que, por razões devidamente fundamentadas, o aluno se encontre impossibilitado de estar presente no espaço onde decorre a aula de educação física deve ser encaminhado para um espaço em que seja pedagogicamente acompanhado.



3.1.4. Justificação de faltas

1. São consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:

- a) doença do aluno, devendo esta ser informada por escrito pelo encarregado de educação quando determinar um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis, podendo, quando se trate de doença de carácter crónico ou recorrente, uma única declaração ser aceite para a totalidade do ano letivo ou até ao termo da condição que a determinou;
- b) isolamento profilático, determinado por doença infetocontagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
- c) falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar previsto no regime do contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- d) nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;
- e) realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;
- f) assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;
- g) comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, nos termos da legislação em vigor;
- h) ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;



- i) participação em atividades culturais, associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;
 - j) preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos termos legais aplicáveis;
 - k) cumprimento de obrigações legais que não possam efetuar-se fora do período das atividades letivas;
 - l) outro facto impeditivo da presença na escola ou em qualquer atividade escolar, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao aluno e considerado atendível pelo diretor e ou pelo diretor de turma;
 - m) as decorrentes de suspensão preventiva aplicada no âmbito de procedimento disciplinar, no caso de ao aluno não vir a ser aplicada qualquer medida disciplinar sancionatória, lhe ser aplicada medida não suspensiva da escola, ou na parte em que ultrapassem a medida efetivamente aplicada;
 - n) participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades da escola, relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares não envolvidas na referida visita;
 - o) outros factos devidamente fundamentados e atendíveis.
2. A justificação das faltas exige um pedido escrito apresentado pelos pais ou encarregados de educação ao diretor de turma, com indicação do dia e da atividade letiva em que a falta ocorreu, referenciando os motivos justificativos da mesma na caderneta escolar.
3. O diretor de turma pode solicitar aos pais ou encarregado de educação, os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta, devendo, igualmente, qualquer entidade que para esse efeito for contactada, contribuir para o correto apuramento dos factos.
4. A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao 3.º dia útil subsequente à verificação da mesma.



5. Ultrapassado o prazo de três dias úteis para justificar as faltas, o diretor de turma deverá informar o Encarregado de Educação, através da caderneta do aluno.
6. Nas situações de ausência justificada às atividades escolares, o aluno tem o direito a beneficiar de medidas, a definir pelos professores responsáveis e ou pela escola, nos termos estabelecidos no respetivo regulamento interno, adequadas à recuperação da aprendizagem em falta. Com vista à aplicação desta medida, o aluno será proposto para frequentar aulas de apoio, durante o período de tempo necessário à sua recuperação.

3.1.5. Faltas injustificadas

1. As faltas são injustificadas quando:
 - a) não tenha sido apresentada justificação, nos termos do artigo anterior;
 - b) a justificação tenha sido apresentada fora do prazo;
 - c) a justificação não tenha sido aceite;
2. Na situação prevista na alínea c) do número anterior, a não aceitação da justificação apresentada deve ser fundamentada de forma sintética.
3. As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação pelo diretor de turma, no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito.

3.1.6. Excesso grave de faltas

1. Em cada ano letivo as faltas injustificadas não podem exceder: o dobro do número de tempos letivos semanais por disciplina nos 2.º e 3.º ciclos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.



2. Quando for atingido metade dos limites de faltas previstos nos números anteriores, os pais ou o encarregado de educação são convocados à escola, pelo meio mais expedito, pelo diretor de turma ou pelo professor que desempenhe funções equiparadas.
3. A notificação referida no número anterior tem como objetivo alertar para as consequências da violação do limite de faltas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade.
4. Caso se revele impraticável o referido nos números anteriores, por motivos não imputáveis à escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, a respetiva comissão de proteção de crianças e jovens em risco deve ser informada do excesso de faltas do aluno menor de idade, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pela escola e pelos encarregados de educação, procurando em conjunto soluções para ultrapassar a sua falta de assiduidade.

3.1.7. Ultrapassagem do limite de faltas

Efeitos da ultrapassagem dos limites de faltas:

1. A ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas previstos no n.º 1 do artigo anterior constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e obriga o aluno faltoso ao cumprimento de medidas de recuperação e ou corretivas específicas, de acordo com o estabelecido nos artigos seguintes, podendo ainda conduzir à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias, nos termos do presente regulamento e do estatuto do aluno.
2. O previsto nos números anteriores não exclui a responsabilização dos pais ou encarregados de educação do aluno, designadamente, nos termos dos artigos 44.º e 45.º do estatuto do aluno.
3. Todas as situações, atividades, medidas ou suas consequências previstas no presente artigo são obrigatoriamente comunicadas, pelo meio mais expedito, aos pais ou ao encarregado de educação, ao diretor de turma e registadas no processo individual do aluno.



As medidas de recuperação e de integração, bem como o seu incumprimento ou ineficácia devem respeitar a legislação em vigor.

3.2. Faltas de Material

1. As faltas de material não podem ser justificadas pelos encarregados de educação.
2. As faltas de material são registadas no livro de ponto com um círculo à volta do número do aluno, sobrepondo-lhe as iniciais F.M.
3. É marcada falta de material no livro de ponto quando o aluno:
 - a) não apresenta o material didático indispensável;
 - b) não realiza os trabalhos de casa;
 - c) não realiza as atividades propostas pelo professor na sala de aula;
 - d) não apresenta devidamente rubricadas, pelo encarregado de educação, as fichas ou testes de avaliação;
 - e) não apresenta a caderneta escolar quando solicitada pelo professor.



4. MEDIDAS DISCIPLINARES

4.1. Finalidades e Determinação das Medidas Disciplinares

4.1.1. Finalidades das medidas disciplinares

1. Todas as medidas disciplinares corretivas e sancionatórias prosseguem finalidades pedagógicas, preventivas, dissuasoras e de integração, visando, de forma sustentada, o cumprimento dos deveres do aluno, o respeito pela autoridade dos professores no exercício da sua atividade profissional e dos demais funcionários, bem como a segurança de toda a comunidade educativa.
2. As medidas corretivas e disciplinares sancionatórias visam ainda garantir o normal prosseguimento das atividades da escola, a correção do comportamento perturbador e o reforço da formação cívica do aluno, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e da sua aprendizagem.
3. As medidas disciplinares sancionatórias, tendo em conta a especial relevância do dever violado e a gravidade da infração praticada, prosseguem igualmente finalidades punitivas.
4. As medidas corretivas e as medidas disciplinares sancionatórias devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objetivos da sua educação e formação, no âmbito do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projeto educativo da escola, nos termos do respetivo regulamento interno.



4.1.2. Determinação da medida disciplinar

1. Na determinação da medida disciplinar corretiva ou sancionatória a aplicar deve ter -se em consideração a gravidade do incumprimento do dever, as circunstâncias atenuantes e agravantes apuradas em que esse incumprimento se verificou, o grau de culpa do aluno, a sua maturidade e demais condições pessoais, familiares e sociais.
2. São circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar do aluno o seu bom comportamento anterior, o seu aproveitamento escolar e o seu reconhecimento com arrependimento da natureza ilícita da sua conduta.
3. São circunstâncias agravantes da responsabilidade do aluno a premeditação, o conluio, a gravidade do dano provocado a terceiros e a acumulação de infrações disciplinares e a reincidência nelas, em especial se no decurso do mesmo ano letivo.

4.2. Medidas Disciplinares Corretivas

1. São medidas corretivas:
 - a) a advertência;
 - b) a ordem de saída da sala de aula, e demais espaços onde se desenvolva trabalho escolar;
 - c) as atividades de integração na escola, podendo, para esse efeito ser aumentado o período de permanência obrigatória, diária ou semanal, do aluno na escola;
 - d) o condicionamento no acesso a determinados espaços escolares ou a utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas;
 - e) a mudança de turma.
2. A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem,



- com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno.
3. Na sala de aula a advertência é da exclusiva competência do professor, cabendo, fora dela, a qualquer professor ou membro do pessoal não docente.
 4. A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar é da exclusiva competência do professor respetivo e implica a marcação de falta injustificada ao aluno e a permanência do mesmo na escola, sendo a falta comunicada ao diretor de turma para posterior comunicação ao encarregado de educação e para efeitos disciplinares.
 5. O regulamento interno da escola definirá o tipo de tarefas a executar pelo aluno, sempre que lhe seja aplicada a medida corretiva prevista no número anterior.
 6. A aplicação no decurso do mesmo ano letivo e ao mesmo aluno da medida corretiva de ordem de saída da sala de aula pela terceira vez, por parte do mesmo professor, ou pela quinta vez, independentemente do professor que a aplicou, implica a análise da situação em conselho de turma, tendo em vista a identificação das causas e a pertinência da proposta de aplicação de outras medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias, nos termos do presente Estatuto.
 7. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 1 é da competência do diretor do Externato que, para o efeito, procede sempre à audição do diretor de turma a que o aluno pertença.
 8. Compete à escola, no âmbito do respetivo regulamento interno, identificar as atividades, local e período de tempo durante o qual as mesmas ocorrem e, bem assim, definir as competências e procedimentos a observar, tendo em vista a aplicação e posterior execução da medida corretiva prevista na alínea c) do n.º 1. Com vista à aplicação e posterior execução da medida corretiva o aluno realiza as seguintes atividades:
 - a) reparação dos danos causados;
 - b) atividades em prol da comunidade escolar;
 - c) atividades a desenvolver na biblioteca;



- d) atividades a desenvolver no jardim pedagógico;
 - e) realização de trabalhos de revisão de conteúdos de diferentes disciplinas;
 - f) realização de atividades cívicas.
9. As atividades a desenvolver estão sob orientação do membro responsável pelo órgão, serviço ou setor da escola, ocorrem no local definido pelo diretor e decorrem num período proporcional à medida aplicada.
10. As atividades referidas e as orientações dos responsáveis têm como finalidade a aquisição de competências de responsabilidade, cooperação, respeito pelo outro, pelo trabalho e pelo direito à educação e os procedimentos a observar pautam-se pelo trabalho colaborativo, interajuda e bom relacionamento com os responsáveis e os outros membros da comunidade educativa.
11. O disposto no número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, à aplicação e posterior execução da medida corretiva prevista na alínea d) do n.º 1, a qual não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano escolar.
12. A aplicação das medidas corretivas previstas no n.º 1 é comunicada aos pais ou ao encarregado de educação.

4.3. Medidas Disciplinares Sancionatórias

1. As medidas disciplinares sancionatórias traduzem uma sanção disciplinar imputada ao comportamento do aluno, devendo a ocorrência dos factos suscetíveis de a configurar ser participada de imediato pelo professor ou funcionário que a presenciou ou dela teve conhecimento à direção da escola com conhecimento ao diretor de turma.



2. São medidas disciplinares sancionatórias:
 - a) a repreensão registada;
 - b) a suspensão da escola até 3 dias úteis;
 - c) a suspensão da escola de 4 a 12 dias úteis;
 - d) a transferência da escola;
 - e) a expulsão da escola.
3. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de repreensão registada, quando a infração for praticada na sala de aula, é da competência do professor respetivo, competindo ao diretor do Externato nas restantes situações, averbando-se no respetivo processo individual do aluno a identificação do autor do ato decisório, data em que o mesmo foi proferido e fundamentação de facto e de direito de tal decisão.
4. A suspensão até três dias úteis, enquanto medida dissuasora, é aplicada, com a devida fundamentação dos factos que a suportam, pelo diretor do Externato, após o exercício dos direitos de audiência e defesa do visado.
5. Compete ao diretor da escola, ouvidos os pais ou o encarregado de educação do aluno, quando menor de idade, fixar os termos e condições em que a aplicação da medida disciplinar sancionatória referida no número anterior é executada, garantindo ao aluno um plano de atividades pedagógicas a realizar, com corresponsabilização daqueles e podendo igualmente, se assim o entender, estabelecer eventuais parcerias ou celebrar protocolos ou acordos com entidades públicas ou privadas.
6. Compete ao diretor a decisão de aplicar a medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis, após a realização do procedimento disciplinar previsto no artigo 30.º da Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro, podendo previamente ouvir o conselho de turma.
7. O não cumprimento do plano de atividades pedagógicas a que se refere o número anterior pode dar lugar à instauração de novo procedimento disciplinar, considerando-se a recusa circunstância agravante, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro.



8. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de escola compete, com possibilidade de delegação, ao diretor-geral da educação, precedendo a conclusão do procedimento disciplinar a que se refere o artigo 30.º da Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro, com fundamento na prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo de ensino dos restantes alunos da escola ou do normal relacionamento com algum ou alguns dos membros da comunidade educativa.
9. A medida disciplinar sancionatória de transferência de escola apenas é aplicada a aluno de idade igual ou superior a 10 anos e, frequentando o aluno a escolaridade obrigatória, desde que esteja assegurada a frequência de outro estabelecimento situado na mesma localidade ou na localidade mais próxima, desde que servida de transporte público ou escolar.
10. A aplicação da medida disciplinar de expulsão da escola compete, com possibilidade de delegação, ao diretor-geral da educação precedendo conclusão do procedimento disciplinar a que se refere o artigo 30.º da Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro e consiste na retenção do aluno no ano de escolaridade que frequenta quando a medida é aplicada e na proibição de acesso ao espaço escolar até ao final daquele ano escolar e nos dois anos escolares imediatamente seguintes.
11. A medida disciplinar de expulsão da escola é aplicada ao aluno maior quando, de modo notório, se constate não haver outra medida ou modo de responsabilização no sentido do cumprimento dos seus deveres como aluno.
12. Complementarmente às medidas previstas no n.º 2, compete ao diretor da escola decidir sobre a reparação dos danos ou a substituição dos bens lesados ou, quando aquelas não forem possíveis, sobre a indemnização dos prejuízos causados pelo aluno à escola ou a terceiros, podendo o valor da reparação calculado ser reduzido, na proporção a definir pelo diretor, tendo em conta o grau de responsabilidade do aluno e ou a sua situação socioeconómica.



4.3.1. Cumulação de medidas disciplinares

1. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas a) a e) do n.º 2 do presente regulamento é cumulável entre si.
2. A aplicação de uma ou mais das medidas corretivas é cumulável apenas com a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, por cada infração apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.

A aplicação das medidas disciplinares sancionatórias e procedimento disciplinar são da competência do diretor da escola, de acordo com a legislação em vigor.

A execução das medidas disciplinares rege-se pelas secções III, IV e V, da Lei 51/2012 de 5 de setembro.



5. PROFESSORES

1. Os professores, enquanto principais responsáveis pela condução do processo de ensino, devem promover medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento da educação, em ambiente de ordem e disciplina nas atividades na sala de aula e na escola.
2. O diretor de turma enquanto coordenador do plano de trabalho da turma, é o principal responsável pela adoção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo, competindo-lhe articular a intervenção dos professores da turma e dos pais ou encarregados de educação e colaborar com estes no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem.

5.1. Autoridade do professor

1. A lei protege a autoridade dos professores nos domínios pedagógico, científico, organizacional, disciplinar e de formação cívica.
2. A autoridade do professor exerce -se dentro e fora da sala de aula, no âmbito das instalações escolares ou fora delas, no exercício das suas funções.
3. Consideram -se suficientemente fundamentadas, para todos os efeitos legais, as propostas ou as decisões dos professores relativas à avaliação dos alunos quando oralmente apresentadas e justificadas perante o conselho de turma e sumariamente registadas na ata, as quais se consideram ratificadas pelo referido conselho com a respetiva aprovação, exceto se o contrário daquela expressamente constar.
4. Os professores gozam de especial proteção da lei penal relativamente aos crimes cometidos contra a sua pessoa ou o seu património, no exercício das suas funções ou por causa delas, sendo a pena aplicável ao crime respetivo agravada em um terço nos seus limites mínimo e máximo.



5.2. Direitos

São direitos dos docentes:

1. aquando da sua apresentação na escola, ser recebido condignamente, de modo a que lhe sejam proporcionadas as condições que permitam a sua rápida integração e a existência de um ambiente adequado ao trabalho;
2. ser consultado antes de ser indigitado para qualquer cargo ou tarefa específica e ouvido nas suas razões;
3. ser atendido nas suas solicitações, sempre que possível;
4. conhecer previamente, e com necessária antecedência, toda a documentação sujeita a discussão;
5. ter acesso a toda a documentação e legislação emanada do Ministério da Tutela e Departamentos afins, que, para o efeito, deverá ser recolhida e atualizada;
6. ter acesso à consulta dos dossiers individuais dos alunos das turmas que reger em cada ano letivo.
7. consultar em local bem visível as informações do seu interesse;
8. ser apoiado no exercício da sua atividade pelo professor responsável pelo ciclo, colegas, órgãos de administração e gestão;
9. apresentar propostas ou sugestões ao Diretor ou ao professor responsável pelo ciclo;
10. receber dos órgãos de gestão o apoio técnico e a colaboração necessários à consecução das suas atividades escolares e profissionais;
11. ter salas de aula em completo estado de arrumação e de limpeza;
12. ter à sua disposição todo o material necessário às aulas em condições de poder ser utilizado;
13. ter um espaço próprio, dispondo de condições favoráveis, nomeadamente mobiliário adequado, meios audiovisuais, armário para arquivos dos *dossiers* de grupo e de turma e para os trabalhos de reprografia;
14. conhecer o Regulamento Interno.



5.3. Deveres

Para além dos que decorrem da lei e da sua relação contratual, são deveres dos professores:

1. respeitar colegas, funcionários e restantes membros da comunidade educativa nas suas ideias, bens e funções;
2. participar ativamente na vida escolar;
3. colaborar com todos os elementos da escola, nomeadamente os Diretores de Turma;
4. procurar resolver com bom senso e com espírito de tolerância os problemas que surjam no contacto com os alunos ou com outros membros da comunidade educativa;
5. desenvolver nos alunos o sentido da responsabilidade com vista à sua formação integral;
6. exigir aos alunos a apresentação do material indispensável para a realização dos trabalhos escolares;
7. não permitir a saída dos alunos da sala no decurso da aula, nem antes do toque de saída, salvo em caso excecional;
8. sempre que ordene a saída de um aluno do local onde se realizam os trabalhos escolares, deve providenciar a sua condução à Direção que lhe indicará uma sala própria, onde o aluno realizará uma tarefa marcada pelo professor.
9. não permitir a saída dos alunos da sala de aula, após o respetivo toque, sem que esta se encontre limpa e arrumada;
10. ser o último a sair da sala de aula após o respetivo toque;
11. é proibido mastigar pastilhas e comer dentro da sala de aula;
12. sujeitar à autorização da Direção as aulas a dar fora do recinto escolar;
13. assegurar a devolução, em boas condições, do material didático colocado à sua disposição;



14. corrigir e entregar atempadamente os trabalhos de avaliação realizados pelos alunos. A nomenclatura a utilizar será a seguinte:

REDUZIDO - 0% a 19%

NÃO SATISFAZ – 20% a 49%

SATISFAZ POUCO - 50% a 55%

SATISFAZ - 56% a 74%

SATISFAZ BASTANTE - 75% a 89%

EXCELENTE - 90% a 100%

15. empenhar-se na operacionalização dos princípios do Projeto Educativo da Escola;
16. manter os telemóveis desligados durante as aulas e reuniões;
17. cumprir o Regulamento Interno;
18. procurar manter-se atualizado científica, pedagógica e didaticamente no contexto das suas competências e no quadro do desenvolvimento do sistema educativo;
19. manter devidamente atualizados os registos relativos à avaliação dos seus alunos;
20. reunir o grupo disciplinar com alguma frequência para discutir o cumprimento das planificações, avaliar o comportamento e aproveitamento dos alunos, e outros assuntos de interesse;
21. no início do ano letivo, devem os professores dar conhecimento aos alunos do programa da sua disciplina, dos critérios de avaliação e do material necessário ao trabalho na sala de aula e fora dela;
22. manter a disciplina na aula, fomentando o respeito e não abdicando da sua posição de professor;
23. não permitir que os alunos sujem ou danifiquem a sala e/ ou o seu equipamento, zelando para que no fim da aula a sala permaneça em condições normais de funcionamento;



24. requisitar ao funcionário responsável o material audiovisual necessário para as suas aulas e, de preferência, com uma antecedência mínima de 24 horas;
25. respeitar os prazos da reprografia no que se refere à entrega dos testes e textos de apoio para fotocopiar;
26. comunicar imediatamente ao funcionário responsável quaisquer danos ou anomalias que tenha verificado na sua sala de aula;
27. proceder à marcação dos testes sumativos numa folha que se encontra anexada ao livro de ponto;
28. o professor deve ter atenção à marcação dos testes, podendo apenas ser marcados três testes por semana, em dias diferentes;
29. informar os alunos das datas dos testes de avaliação;
30. fornecer ao diretor de turma o máximo de informações qualitativas e quantitativas acerca do aproveitamento e do comportamento dos alunos;
31. dedicar especial atenção e cooperar com os restantes intervenientes no processo educativo, na deteção de alunos com dificuldades de aprendizagem e com necessidades educativas especiais e na superação destas situações;
32. participar ativamente com a sua presença, iniciativa e criatividade na vida da escola;
33. o professor deve ser assíduo e pontual. Em caso algum deve avisar a turma que irá faltar;
34. o professor deve preencher integralmente o espaço do livro de ponto: anotar o número da lição, registar o sumário da matéria dada e registar os números dos alunos ausentes;
35. o professor deve certificar-se que os alunos se levantam ordeiramente à sua entrada na sala de aula.



6. CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO / RETENÇÃO

Os critérios de retenção dos alunos nos anos terminais dos 2º e 3º ciclos são definidos em legislação, ficando os outros definidos pelo Conselho Pedagógico.

6.1. 5.º Ano

Classificação inferior a 3 em três disciplinas - NÃO TRANSITA.

- A disciplina de E.M.R.C. não conta para a progressão/ retenção dos alunos.

6.2. 6.º Ano

Classificação inferior a 3 nas disciplinas de Português e de Matemática – NÃO APROVADO.

- A disciplina de E.M.R.C. não conta para a progressão/ retenção dos alunos.

Classificação inferior a 3 em três disciplinas, desde que não integrem cumulativamente as disciplinas de Português e Matemática – NÃO APROVADO.

NOTA:

São admitidos às Provas Finais de Ciclo todos os alunos, exceto os que, após a avaliação sumativa interna, no final do 3.º período, tenham obtido:

- a) classificação de frequência de nível 1 simultaneamente das disciplinas de Português e Matemática;
- b) classificação de frequência inferior a 3 em três disciplinas, exceto se alguma delas for Português e/ou Matemática e nestas tiver obtido nível 2.



6.3. 7.º Ano

Classificação inferior a 3 em quatro disciplinas – NÃO TRANSITA.

6.4. 8.º Ano

Classificação inferior a 3 em quatro disciplinas – NÃO TRANSITA.

6.5. 9.º Ano

Classificação inferior a 3 nas disciplinas de Português e de Matemática – NÃO APROVADO.

Classificação inferior a 3 em três disciplinas, desde que não integrem cumulativamente as disciplinas de Português e Matemática – NÃO APROVADO.

NOTA:

São admitidos às Provas Finais de Ciclo todos os alunos, exceto os que, após a avaliação sumativa interna, no final do 3.º período, tenham obtido:

- a)** classificação de frequência de nível 1 simultaneamente das disciplinas de Português e Matemática;
- b)** classificação de frequência inferior a 3 em três disciplinas, exceto se alguma delas for Português e/ou Matemática e nestas tiver obtido nível 2.

6.6. Revisão dos Resultados da Avaliação

1. As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3.º período de um ano letivo podem ser objeto de um pedido de revisão, devidamente fundamentado, dirigido pelo respetivo encarregado de educação ao órgão de



- direção da escola ou agrupamento no prazo de três dias úteis a contar da data de afixação das pautas.
2. O Conselho de turma procede, no prazo de cinco dias úteis após a receção do pedido de revisão, à análise do mesmo, com base em todos os documentos relevantes para o efeito, e toma uma decisão que pode confirmar ou modificar a avaliação inicial, elaborando um relatório pormenorizado que deve integrar a ata da reunião.
 3. Nos casos em que o conselho de turma mantenha a sua deliberação, o processo aberto pelo pedido de revisão pode ser enviado pelo diretor da escola ao conselho pedagógico para emissão de parecer prévio à decisão final.
 4. Da deliberação do diretor e respetiva fundamentação é dado conhecimento ao encarregado de educação, através de carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da receção do pedido de revisão.
 5. O encarregado de educação pode ainda, se assim o entender, no prazo de cinco dias úteis após a data de receção da resposta ao pedido de revisão, interpor recurso hierárquico para o serviço competente do Ministério da Educação e Ciência, quando o mesmo for baseado em vício de forma existente no processo.
 6. Da decisão do recurso hierárquico não cabe qualquer outra forma de impugnação administrativa.



7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Crítérios / Disciplinas	PT	FR	ING	HIST	HGP	CN 2 C	CN 3 C	MAT	GEO	TIC	FQ	EF	EV 2 C	EV 3 C	ET 2 C	EM	EMRC	AP
Aquisição, compreensão e aplicação de conhecimentos	75	75	75	80	80	80	90	80	80	75	90	70	40	40	40	60	40	40
Compreensão e expressão em Língua Portuguesa	15	5	3	5	5	4	2	4	5	2	2	3	5	5	5	2	2	5
Participação e interesse nas tarefas	5	5	6	6	6	5	2	5	6	15	2	12	15	15	15	10	20	15
Comportamento e relação com os outros e com o meio envolvente	3	5	5	3	3	4	2	4	3	2	2	5	10	10	10	20	25	15
Autonomia, responsabilidade, organização, assiduidade e pontualidade	1	5	5	5	5	6	2	6	5	2	2	5	15	15	15	2	10	15
Criatividade e expressividade	1	5	6	1	1	1	2	1	1	4	2	5	15	15	15	6	3	10



8. REGULAMENTO DO CONSELHO PEDAGÓGICO

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

8.1. Composição

1. O Conselho Pedagógico é composto pelos seguintes elementos:
 - a) o Diretor Pedagógico, que é o presidente do Conselho pedagógico;
 - b) todos os docentes a tempo inteiro do Externato;
 - c) um professor de apoio educativo;
 - d) um psicólogo educacional.
2. Nas reuniões em que sejam tratados assuntos que envolvam sigilo, designadamente sobre matéria de provas de exame ou de avaliação global, apenas participam os membros docentes.

8.2. Regime de Funcionamento

O Conselho Pedagógico reúne-se:

1. Ordinariamente uma vez em cada período e ainda no início e no final do ano letivo;
2. Extraordinariamente, sempre que for necessário.



8.3. Reuniões Ordinárias

1. As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente do Conselho Pedagógico e têm lugar numa tarde do dia da semana a acordar anualmente.
2. Nas convocatórias deverão constar: o dia, a hora, o local da reunião e a ordem de trabalhos.
3. As reuniões deverão ser convocadas com a antecedência mínima de 72 horas.
4. Os elementos do Conselho Pedagógico deverão tomar conhecimento das reuniões, por escrito e individualmente.
5. No último Pedagógico de cada ano letivo é apresentado o portfólio de atividades e faz-se a análise do relatório de aproveitamento.

8.4. Reuniões Extraordinárias

1. Realizar-se-ão em dia e hora que menos prejudiquem o funcionamento das atividades letivas.
2. O Conselho Pedagógico reúne extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo Presidente. Estas reuniões deverão ser convocadas com a antecedência mínima de 24 horas.
3. No procedimento e processo de divulgação da convocatória destas reuniões, observar-se-á o regime aplicável às reuniões ordinárias.



9. REGULAMENTO DE GRUPO DISCIPLINAR

9.1. Regime de Funcionamento

1. O grupo disciplinar reunir-se-á ordinariamente uma vez por período para troca de experiências e cooperação entre os professores da disciplina e para participar na elaboração, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo da escola.
2. Reunirá também antes do início do ano letivo, ou sempre que necessário, para planificação das atividades letivas e não letivas a efetuar ao longo do ano.
3. As reuniões do grupo disciplinar são convocadas e presididas pelo delegado de grupo, com acordo do Diretor Pedagógico.
4. Nas convocatórias deverão constar o dia, a hora da reunião e o local, bem como a ordem de trabalhos.
5. A antecedência mínima para convocar as reuniões ordinárias é de 72 horas.
6. O delegado deverá informar individualmente os professores do grupo, sempre que a data da reunião calendarizada.
7. Todas as reuniões serão secretariadas em regime de rotatividade pelos professores que integram o conselho de grupo.
8. As reuniões extraordinárias realizar-se-ão em dia e hora que não prejudiquem o funcionamento das atividades letivas.
9. O delegado de grupo informará o Diretor Pedagógico dos professores que faltaram à reunião.
10. Da reunião será lavrada a ata, cuja primeira folha deverá ser assinada por todos os professores presentes.
11. As atas deverão ser entregues no gabinete do Diretor Pedagógico, impreterivelmente nos oito dias subsequentes à sua aprovação.
12. Cada grupo disciplinar da escola valoriza os critérios de avaliação conforme a tabela dos Critérios de Avaliação que consta neste regulamento interno.



9.2. Delegados de Grupo

O delegado de grupo é um docente profissionalizado, escolhido pelo Diretor Pedagógico.

O mandato do delegado de grupo tem a duração de um ano.



10. REGULAMENTO DOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

10.1. Composição

Os serviços especializados estão a cargo de uma professora de educação especial e de uma psicóloga educacional.

Esta equipa é ainda reforçada anualmente com os técnicos do Centro de Recursos para a Inclusão (terapeuta da fala, psicólogo clínico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, entre outros).

10.2. Funcionamento da equipa

A professora de educação especial e a psicóloga educacional trabalham em estreita colaboração reunindo sempre que se verifique necessário.

É ainda agendada uma reunião no fim de cada período letivo em que a professora de educação especial e a psicóloga educacional do Externato reúnem com os técnicos do CRI.

10.3. Competências dos serviços de educação especial e psicologia

Os serviços de educação especial e psicologia, em colaboração estreita com a Direção Pedagógica, trabalham para promover o sucesso e criar condições para o desenvolvimento e formação integral dos alunos, procurando intervenções diversificadas necessárias ao sucesso educativo de todas as crianças e jovens.



Assim compete à professora de educação especial:

1. Sensibilizar a comunidade escolar para a importância da inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
2. Desencadear e participar no processo de avaliação especializada dos alunos referenciados tendo como suporte a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF);
3. Elaborar, com a colaboração de todos os técnicos envolvidos na avaliação, o “Relatório Técnico Pedagógico” com a proposta das medidas educativas adequadas ao aluno;
4. Sugerir apoios, disponibilizados na escola, para os alunos que não são elegíveis para a educação especial;
5. Elaborar, juntamente com os diretores de turma, os programas educativos individuais, currículos específicos individuais e os planos individuais de transição, caso se aplique;
6. Articular as respostas educativas dos alunos com NEE com recursos externos à escola, nomeadamente com a ULSBA, os técnicos do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), entidades empresariais da comunidade local e outros que se venham a verificar necessários;
7. Envolver-se com os docentes na planificação do trabalho a realizar com o grupo turma, no geral, e com os alunos NEE nele inseridos em particular, procurando a diversificação das práticas pedagógicas e o desenvolvimento de metodologias e estratégias que facilitem a inclusão dos alunos com NEE, tanto na prática pedagógica diária como em situações de avaliação;
8. Trabalhar de forma cooperativa com docentes, com a família e outros técnicos envolvidos no processo educativo dos alunos;
9. Organizar as atividades de Apoio Pedagógico Personalizado;
10. Prestar apoio direto aos alunos com NEE;
11. Promover o desenvolvimento dos Currículos Específicos Individuais (CEI), nomeadamente as áreas que promovem a autonomia pessoal e social do aluno;



12. Promover o desenvolvimento dos Planos Individuais de Transição (PIT) e de atividades conducentes à organização do processo de transição para a vida pós-escolar;
13. Propor à direção pedagógica a realização de protocolos com diferentes serviços da comunidade, nomeadamente com o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) e elaborar o respetivo plano de ação para cada ano letivo;
14. Representar a educação especial no Conselho Pedagógico;
15. Participar nos conselhos de turma das turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais ou alunos referenciados;
16. Manter atualizados os processos individuais dos alunos com NEE;
17. Intervir, de forma ativa e sistemática, no processo de avaliação dos alunos com NEE de acordo com o definido no despacho normativo 24-A/2012;
18. Desencadear e acompanhar todo o processo relativo às provas finais de ciclo dos alunos com NEE, bem como reunir as condições necessárias para que os alunos possam usufruir das condições especiais de realização ao abrigo da legislação em vigor;
19. Incrementar as demais medidas previstas no decreto-lei nº 3/2008, de 7 de janeiro;

À psicóloga educacional compete:

1. Trabalhar, direta ou indiretamente, com todos os elementos da comunidade educativa;
2. Efetuar uma avaliação de caráter psicopedagógico aos alunos sinalizados por dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento escolar e/ou dificuldades emocionais;
3. Proceder à avaliação global e intervenção de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento, com dificuldades de aprendizagem, problemas emocionais, de comportamento ou outras situações problema que interfiram com o sucesso escolar;
4. Participar no processo de referência e avaliação dos alunos com NEE;



5. Articular de forma sistemática com a professora de educação especial de forma a promover uma resposta completa e articulada aos alunos com NEE;
6. Prestar apoio direto aos alunos com NEE;
7. Promover o desenvolvimento dos Currículos Específicos Individuais (CEI), nomeadamente as áreas que promovem a autonomia pessoal e social do aluno;
8. Participar nos conselhos de turma das turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais ou alunos em acompanhamento;
9. Organizar e implementar atividades e programas de orientação vocacional para os alunos em fase de transição de ciclo, de forma a apoiar os alunos no processo de desenvolvimento da sua identidade pessoal e na construção do seu projeto de vida;
10. Dinamizar o gabinete de apoio e atendimento ao aluno;
11. Dinamizar projetos escolares como o “Vamos lá estudar” (organização de um plano de estudo), o “Põe-te em Forma” (implementação de hábitos de vida saudáveis) ou outro que se revista de importância no contexto escolar.



11. PESSOAL NÃO DOCENTE

11.1. Direitos

São direitos do pessoal não docente:

1. contar com o apoio dos órgãos de gestão e administração escolar, para a resolução dos seus problemas;
2. apresentar à Direção quaisquer sugestões para melhorar o funcionamento da escola;
3. colaborar com os órgãos de gestão, diretores de turma e professores na resolução dos assuntos de interesse da comunidade escolar;
4. ser informado da legislação em vigor;
5. ter acesso a todo o material que considere necessário à realização do seu trabalho;
6. desempenhar efetivamente o papel de apoio à ação educativa, apoiando a ação dos professores e contribuindo assim para a formação integral dos alunos;
7. participar em atividades culturais e recreativas da escola;
8. participar ativamente, no âmbito das suas funções, na consecução dos objetivos do Projeto educativo que a escola se propõe desenvolver;
9. conhecer o Regulamento Interno;
10. ser tratado com respeito e correção por todos os elementos da comunidade educativa.

11.2. Deveres

São deveres do pessoal não docente:

1. vigiar atentamente todo o movimento escolar, de forma a prevenir e minimizar situações de perigosidade que possam envolver os alunos;



2. acompanhar alunos sinistrados a tratamento, quando isso for determinado pelos responsáveis do seguro escolar ou por outra entidade escolar competente;
3. informar corretamente e com atualidade, a Direção de quaisquer situações de risco ou de falta de segurança, para que possam ser tomadas as medidas adequadas;
4. impedir a presença, na escola, de pessoas estranhas a esta que, pelo seu porte ou comportamento, possam perturbar o regular funcionamento das atividades escolares ou o são convívio na comunidade escolar;
5. ser assíduo e pontual;
6. não fornecer qualquer informação de caráter confidencial (nomeadamente, moradas ou números de telefone) de qualquer elemento da comunidade escolar, sem autorização do titular;
7. estabelecer, de acordo com o elemento da Direção, o horário de descanso para almoço ou jantar, de forma a que o serviço seja sempre assegurado;
8. permanecer no seu setor, durante as horas de serviço, a não ser em caso de força maior;
9. dar de imediato conhecimento à Direção sempre que se verifiquem danos nas instalações ou equipamentos, ou qualquer extravio;
10. resolver os conflitos que surjam entre os alunos e levá-los ao conhecimento da Direção;
11. cooperar com os colegas, auxiliar os professores e prestar assistência aos alunos, sempre que necessário, e, se possível, contribuir para o bom funcionamento das aulas, apetrechando as salas com o material necessário, solicitado pelos professores;
12. não permitir a permanência de alunos dentro da sala de aula sem a presença do professor, salvo autorização prévia;
13. manter a disciplina dos alunos enquanto aguardam a chegada do professor, nas salas de aula e durante os seus tempos livres, impedindo correrias e atropelos, agressões ou outros atos de indisciplina;
14. impedir a permanência dos alunos nos átrios e nos corredores durante o funcionamento das aulas e intervalos;



15. acorrer prontamente à chamada dos professores no exercício das suas funções e dar cumprimento às instruções recebidas;
16. coadjuvar e substituir os seus colegas quando as necessidades do serviço assim o exigirem.
17. Os técnicos de serviços de psicologia e orientação escolar e profissional devem colaborar na identificação e prevenção de situações problemáticas de alunos e fenómenos de violência, na elaboração de planos de acompanhamento para estes, envolvendo a comunidade educativa.



12. ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO

12.1. Responsabilidade dos pais ou encarregados de educação

1. Aos pais ou encarregados de educação incumbe uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder – dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos no interesse destes e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos mesmos.
2. Nos termos da responsabilidade referida no número anterior, deve cada um dos pais ou encarregados de educação, em especial:
 - a) acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando;
 - b) promover a articulação entre a educação na família e o ensino na escola;
 - c) diligenciar para que o seu educando beneficie, efetivamente, dos seus direitos e cumpra rigorosamente os deveres que lhe incumbem, nos termos do presente Estatuto, procedendo com correção no seu comportamento e empenho no processo de ensino;
 - d) contribuir para a criação e execução do projeto educativo e do regulamento interno da escola e participar na vida da escola;
 - e) cooperar com os professores no desempenho da sua missão pedagógica, em especial quando para tal forem solicitados, colaborando no processo de ensino dos seus educandos;
 - f) reconhecer e respeitar a autoridade dos professores no exercício da sua profissão e inculcar nos seus filhos ou educandos o dever de respeito para com os professores, o pessoal não docente e os colegas da escola, contribuindo para a preservação da disciplina e harmonia da comunidade educativa;
 - g) contribuir para o correto apuramento dos factos em procedimento de índole disciplinar instaurado ao seu educando, participando nos atos e procedimentos para os quais for notificado e, sendo aplicada a esta medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de



- se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade;
- h) contribuir para a preservação da segurança e integridade física e psicológica de todos os que participam na vida da escola;
 - i) integrar ativamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta, em especial informando-a e informando-se sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos;
 - j) comparecer na escola sempre que tal se revele necessário ou quando para tal for solicitado;
 - k) conhecer o Estatuto do Aluno em vigor, bem como o regulamento interno da escola e subscrever declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral;
 - l) indemnizar a escola relativamente a danos patrimoniais causados pelo seu educando;
 - m) manter constantemente atualizados os seus contactos telefónico, endereço postal e eletrónico, bem como os do seu educando, quando diferentes, informando a escola em caso de alteração.
3. Os pais ou encarregados de educação são responsáveis pelos deveres dos seus filhos e educandos, em especial quanto à assiduidade, pontualidade e disciplina.
4. Para efeitos do disposto no Estatuto do Aluno em vigor, considera-se encarregado de educação quem tiver menores a residir consigo ou confiado aos seus cuidados:
- a) pelo exercício das responsabilidades parentais;
 - b) por decisão judicial;
 - c) pelo exercício de funções executivas na direção de instituições que tenham menores, a qualquer título, à sua responsabilidade;
 - d) por mera autoridade de facto ou por delegação, devidamente comprovada, por parte de qualquer das entidades referidas nas alíneas anteriores.



5. Em caso de divórcio ou de separação e, na falta de acordo dos progenitores, o encarregado de educação será o progenitor com quem o menor fique a residir.
6. Estando estabelecida a residência alternada com cada um dos progenitores, deverão estes decidir, por acordo ou, na falta deste, por decisão judicial, sobre o exercício das funções de encarregado de educação.
7. O encarregado de educação pode ainda ser o pai ou a mãe que, por acordo expresso ou presumido entre ambos, é indicado para exercer essas funções, presumindo –se ainda, até qualquer indicação em contrário, que qualquer ato que pratica relativamente ao percurso escolar do filho é realizado por decisão conjunta do outro progenitor.

12.2. Direitos

São direitos dos encarregados de educação:

1. ter conhecimento do horário do seu educando;
2. serem informados sobre todo o processo educativo do seu educando, colaborando ativamente neste processo;
3. serem recebidos pelos diretores de turma, após cada momento de avaliação e semanalmente, no dia e hora fixados no início do ano;
4. aprovarem o programa individual do aluno e outros documentos, de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro;
5. acompanharem o plano de acompanhamento pedagógico individual dos seus educandos, decorrente da avaliação sumativa;
6. serem ouvidos, em casos de procedimento disciplinar dos seus educandos, na fase de instrução do processo;
7. serem informados pelo diretor de turma sobre o calendário escolar para o ano letivo, o regulamento interno, os critérios de avaliação, as condições de transição de ano, os apoios educativos previstos, os apoios do S.A.S.E., as visitas de estudo e os serviços que a escola oferece;
8. receberem, após o final de cada período, a ficha informativa do aluno;
9. contactar sempre que ache necessário a direção da escola;



10. participar em iniciativas promovidas pela escola;
11. requisitar o processo individual do aluno na secretaria, mediante o preenchimento de requerimento e após despacho do diretor pedagógico. Consultar o processo individual em sala à parte e devolvê-lo à secretaria após a sua consulta.

12.3. Deveres

São deveres dos encarregados de educação:

1. colaborar com a escola na definição das medidas educativas especiais;
2. colaborar na definição de estratégias de bom relacionamento entre a escola e os respetivos educandos;
3. prevenir atos de indisciplina;
4. colaborar com a escola na concretização das atividades de integração na comunidade educativa, sempre que os respetivos educandos sejam alvo de procedimento disciplinar;
5. consultar de forma sistemática os materiais escolares dos respetivos educandos, nomeadamente trabalhos de casa, testes e caderneta escolar;
6. justificar as faltas dos respetivos educandos;
7. informar o diretor de turma de qualquer problema que possa perturbar o aproveitamento do aluno ou que possa explicar alterações de comportamento ou assiduidade;
8. procurar com o diretor de turma soluções para problemas do seu educando;
9. contactar, prontamente, com o diretor de turma quando para tal for convocado;
10. assumir a responsabilidade de estragos realizados pelo seu educando, com obrigação de reparação ou reposição de danos causados;
11. responsabilizar-se pelo cumprimento do dever de assiduidade e pontualidade do seu educando;
12. ter conhecimento do regulamento interno;
13. contribuir para a educação integral do aluno;



14. registrar e assinar toda e qualquer autorização para o aluno se ausentar da escola ou para outros fins na caderneta escolar do aluno.

12.4. Incumprimento dos deveres por parte dos pais ou encarregados de educação

1. O incumprimento pelos pais ou encarregados de educação, relativamente aos seus filhos ou educandos menores ou não emancipados, dos deveres previstos no artigo anterior, de forma consciente e reiterada, implica a respetiva responsabilização nos termos da lei e do Estatuto do Aluno em vigor.
2. Constitui incumprimento especialmente censurável dos deveres dos pais ou encarregados de educação:
 - a) o incumprimento dos deveres de matrícula, frequência, assiduidade e pontualidade pelos filhos e ou educandos, bem como a ausência de justificação para tal incumprimento, nos termos dos n.ºs 2 a 5 do artigo 16.º da Lei 51/2012 de 5 de setembro;
 - b) a não comparência na escola sempre que os seus filhos e ou educandos atinjam metade do limite de faltas injustificadas, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º da Lei 51/2012 de 5 de setembro, ou a sua não comparência ou não pronúncia, nos casos em que a sua audição é obrigatória, no âmbito de procedimento disciplinar instaurado ao seu filho ou educando, nos termos previstos nos artigos 30.º e 31.º da Lei 51/2012 de 5 de setembro;
 - c) a não realização, pelos seus filhos e ou educandos, das medidas de recuperação definidas pela escola nos termos do Estatuto do Aluno em vigor, das atividades de integração na escola e na comunidade decorrentes da aplicação de medidas disciplinares corretivas e ou sancionatórias, bem como a não comparência destes em consultas ou terapias prescritas por técnicos especializados.



3. O incumprimento reiterado, por parte dos pais ou encarregados de educação, dos deveres a que se refere o número anterior, determina a obrigação, por parte da escola, de comunicação do facto à competente comissão de proteção de crianças e jovens ou ao Ministério Público, nos termos previstos no Estatuto do Aluno em vigor.
4. O incumprimento consciente e reiterado pelos pais ou encarregado de educação de alunos menores de idade dos deveres estabelecidos no n.º 2 pode ainda determinar por decisão da comissão de proteção de crianças e jovens ou do Ministério Público, na sequência da análise efetuada após a comunicação prevista no número anterior, a frequência em sessões de capacitação parental, a promover pela equipa multidisciplinar do agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, sempre que possível, com a participação das entidades a que se refere o n.º 3 do artigo 53.º da Lei 51/2012 de 5 de setembro, e no quadro das orientações definidas pelos ministérios referidos no seu n.º 2.
5. Nos casos em que não existam equipas multidisciplinares constituídas, compete à comissão de proteção de crianças e jovens ou, na sua inexistência, ao Ministério Público dinamizar as ações de capacitação parental a que se refere o número anterior, mobilizando, para o efeito, a escola ou agrupamento, bem como as demais entidades a que se refere o artigo 53.º da Lei 51/2012 de 5 de setembro.
6. Tratando-se de família beneficiária de apoios sociofamiliares concedidos pelo Estado, o facto é também comunicado aos serviços competentes, para efeito de reavaliação, nos termos da legislação aplicável, dos apoios sociais que se relacionem com a frequência escolar dos seus educandos e não incluídos no âmbito da ação social escolar ou do transporte escolar recebidos pela família.
7. O incumprimento por parte dos pais ou encarregados de educação do disposto na parte final da alínea b) do n.º 2 do presente artigo presume a sua concordância com as medidas aplicadas ao seu filho ou educando, exceto se provar não ter sido cumprido, por parte da escola, qualquer dos



procedimentos obrigatórios previstos nos artigos 30.º e 31.º do Estatuto do Aluno em vigor.

No caso de se verificar incumprimento dos deveres por parte dos pais ou encarregados de educação aplicam-se as contraordenações previstas no artigo 45.º da Lei 51/2012 de 5 de setembro.



13. SERVIÇOS DE UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA E FACULTATIVA

O Externato António Sérgio é um estabelecimento de ensino integrante da rede pública, financiado pelo Ministério da Educação e da Ciência ao abrigo do Contrato de Associação, prestando serviço de ensino ministrado em regime de gratuidade. Assim, ficam aqui definidos os serviços de utilização obrigatória e facultativa.

13.1. Serviços de utilização obrigatória

1. A frequência escolar nas turmas do ensino regular (2º, 3º ciclo do ensino básico) abrangidos pelo contrato de associação, observa o princípio da gratuidade do ensino.
2. Os seguintes serviços são de utilização obrigatória, devendo os assinalados com alíneas serem pagos.
 - Matrícula
 - Seguro escolar
 - Aquisição de segundas vias do cartão escolar magnético após perda do primeiro que é entregue gratuitamente aquando da primeira inscrição no Externato (a)
 - Frequência, avaliação e certificação das atividades curriculares obrigatórias do curso ou grau de ensino frequentado
 - Frequência de atividades letivas da oferta complementar
 - Frequência do plano de preparação específico para as provas de avaliação externa
 - Pedido de certidão de Habilitações



- Pedido de Boletim de inscrição Exame do 3º CEB – alunos autopropostos (a)
- Pedido de consulta de prova (a)
- Pedido de reapreciação de prova (a)
- Pedido de reclamação de reapreciação (a)

a) De acordo com o regulamento de Exames do JNE publicado em Diário da República e a afixar no Expositor de Informação de Exames, comunicado Alunos/Encarregados de Educação e Site da Escola.

13.2. Serviços de utilização facultativa

1. Consideram-se, serviços de utilização facultativa, a frequência das atividades de complemento curricular e extracurriculares, bem como os apoios específicos necessários às suas necessidades escolares e das aprendizagens, pessoais e familiares, através dos Serviços de Ação Social Escolar, Psicologia e Orientação Escolar, Transporte Escolar e outros. Os serviços facultativos implicam o pagamento de serviços neles incluídos, exceto algum serviço de refeições que segue o princípio do regime de gratuidade, bem como a participação nos grupos/equipas de Desporto Escolar também é gratuita.
2. Serviços de Papelaria e Bar e Reprografia
Os preços praticados na Papelaria, no Bar e na Reprografia são publicitados em local visível nos respetivos espaços.
3. Refeitório
No refeitório são servidas refeições dos alunos com escalão A, B e sem escalão.
A marcação da refeição decorrerá até às 11.00h do dia de consumo.
4. Transportes nos autocarros do Externato
Os preços praticados constam de tabela própria afixada nos Serviços Administrativos.



5. Visitas de Estudo

Os preços praticados são divulgados aos alunos e encarregados de educação, caso a caso.

6. Outros serviços de utilização facultativa

Atividades de Complemento Curricular – 100,00 €

7. Divulgação

Publicitação do Preçário:

Página web da escola – <http://eas.site11.com>



14. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

1. Composição

Os elementos constituintes dos serviços administrativos são o chefe do SA e o seu adjunto.

2. Funcionamento da equipa

Os Serviços Administrativos têm a seu cargo a gestão e atualização do processo administrativo pedagógico individual dos alunos e do processo administrativo dos docentes.

3. Competências dos serviços administrativos

- Assegurar, o atendimento e esclarecimento dos alunos em matérias da área administrativo-pedagógico, tais como: classificação, avaliação, transição de ano curricular e justificação de faltas, entre outras.

- Manter em dia, as fichas, arquivos e correspondência escolar relativa às avaliações dos alunos.

- Relativamente, aos docentes, atualizar no início do ano letivo e no seu final, no seu cadastro e no processo individual do docente, toda a informação relativa aos cargos docentes exercidos, bem como os elementos relativos ao posicionamento, progressão na carreira docente.

Os docentes no final do ano letivo confirmam e rubricam o seu processo individual.



15. REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO ESCOLAR

As atividades de Educação Física e Desporto Escolar têm lugar no ginásio e no campo exterior.

Deverão ser observadas normas no que se refere a:

15.1. Alunos

1. Dirigir-se para os balneários com a antecedência necessária para se equipar, só entrando no ginásio após autorização do professor;
2. Apresentar-se nas aulas e treinos devidamente equipados;
3. Entregar os valores ao delegado de turma que os entregará ao professor, até ao final da aula, altura em que serão restituídos aos respetivos alunos;
4. Os delegados devem ser os primeiros a entrar no balneário e os últimos a sair. Caso verifiquem alguma anomalia devem informar o professor;
5. Tomar banho no final de cada aula ou treino, sendo obrigatório nas aulas de um bloco e facultativo na aula de meio bloco;
6. Evitar danificar qualquer material, pois serão responsabilizados pelos prejuízos causados.
7. Dever de assiduidade e pontualidade no desporto escolar, já que é um projeto de escola com componente letiva.

15.2. Professores

1. Apresentar-se devidamente equipados perante a turma;
2. responsabilizar-se pela perda de material escolar ou quaisquer danos nele causado por deficiente utilização;
3. autorizar apenas a saída dos alunos para o intervalo após o toque de saída;
4. nomear um delegado do balneário masculino e uma delegada do balneário feminino.



16. REGULAMENTO DO QUADRO DE HONRA

O Externato António Sérgio criou o Quadro de Honra com o objetivo de promover níveis de excelência no desenvolvimento e aproveitamento dos alunos. Pretende distinguir aqueles que realizaram um trabalho meritório ao longo do ano letivo.

16.1. Âmbito

O Quadro de Honra destina-se a reconhecer o desempenho de todos os alunos do Externato.

O Quadro de Honra será divulgado, pelo Diretor, no final de cada ano letivo.

16.2. Condições para Integrar o Quadro de Honra

O Quadro de Honra reconhece os alunos que revelaram grandes capacidades ou atitudes exemplares, que participaram de forma notável nas atividades promovidas pelo Externato e que se distinguiram a nível académico. Assim, o(a) candidato(a) deverá apresentar o seguinte perfil:

- a) não ter faltas disciplinares;
- b) distinguir-se de forma notável no que respeita as avaliações curriculares, sendo que deverá apresentar, no último período, média de 5, que será encontrada por arredondamento por excesso a partir de 4,7;
- c) esta média será encontrada a partir das notas obtidas em todas as disciplinas frequentadas pelos alunos, mesmo que estes usufruam de ensino articulado;



- d) deverá obter menção de Satisfaz Bastante na Oferta Complementar de Escola;
- e) deverá tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade escolar;
- f) deve participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas pelo Externato.

16.3. Organização

1. O quadro de honra é organizado por ano letivo.
2. Conhecido o perfil do(a) candidato(a) ao quadro de honra cabe às direções de turma propor os alunos que reúnam as condições referidas no ponto 14.2. deste regulamento.
3. Deverá o diretor de turma registar no processo individual do aluno a sua integração no quadro de honra.
4. O aluno só integrará o quadro de honra se continuar matriculado no Externato no ano letivo seguinte, à exceção dos alunos do 9.º ano.
5. A divulgação do perfil do(a) candidato(a) terá lugar durante o primeiro período do ano letivo seguinte.
6. A cerimónia de entrega do certificado terá lugar na Festa de Natal do ano letivo seguinte.

16.4. Prémio de Reconhecimento

O Conselho Pedagógico decidirá qual o prémio a atribuir, sendo que ficará registado no processo individual do(a) aluno(a) que integrou o Quadro de Honra da escola.



17. ORGANOGRAMA DE ATIVIDADES

